

Esta análise busca evidenciar as mudanças no *modus operandi* do Estado brasileiro em relação as políticas públicas e programas de remanejamento voltados para a população atingida por empreendimentos hidrelétricos no período dos governos de FHC e LULA. Para evidenciar tais mudanças, utilizou-se a comparação de dois empreendimentos hidrelétricos localizados na bacia do Rio Uruguai. A Usina Hidrelétrica de Itá, localizada entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), implantada no então governo de FHC, em funcionamento desde o ano 2000 e a Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, implantada no governo LULA, localizada entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas do Chapecó (SC), em funcionamento desde 2010. Metodologicamente esta análise valeu-se da apreciação de dados secundários oriundos de um levantamento do arcabouço legal, científico e histórico, realizado em base de dados nacionais e estrangeiros com o objetivo de detectar o que existe de consenso ou de polêmico na literatura acadêmica sobre tal objeto de estudo. Os resultados obtidos até o momento evidenciam que, tanto em FHC, quanto em LULA às políticas de remanejamento populacional dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos são alicerçadas na parceria entre governo e empresas privadas. O governo FHC opta por privatizar a produção hidrelétrica, assumindo definitivamente a condição de parceiro da iniciativa privada na instalação de usinas hidrelétricas. No governo Lula os projetos de barragens passam a ser conduzidos por Sociedades de Propósito Específico (SPE), criadas pelos empreendedores privados envolvidos na construção e operacionalização destas.